



Fotos: Arquivo AMAU

Hortas integram e embelezam a paisagem urbana

Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte¹

Daniela Adil Oliveira de Almeida
Lídia Maria de Oliveira Morais
Lorena Anahi Fernandes da Paixão

○ início da caminhada

A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (Amau) é um coletivo composto por grupos comunitários informais, associações comunitárias, movimentos sociais de luta pela terra, por moradia movimento feminista, grupos de permacultura e alimentação saudável, empreendimentos de economia solidária, pastorais sociais, redes,

ONGs e estudantes. A articulação foi formada em 2001, a partir do exercício de identificação de experiências de agricultura urbana e segurança alimentar na região. Essa iniciativa foi realizada pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alterna-

¹ Parte da discussão apresentada neste texto pode ser encontrada, numa versão anterior, em Almeida (2011).



Dinâmica de acolhimento realizado durante o Encontro da AMAU – Ervanário São Francisco / Sabará

tivas (Rede)² em um contexto favorável de reconhecimento institucional das práticas de segurança alimentar desenvolvidas pela sociedade civil, por meio de diagnósticos e encontros promovidos pelo Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (FMSans) e pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (Consea-MG). Esse contexto revelou a importância de se aprofundar a discussão sobre a agricultura na região metropolitana de Belo Horizonte, resultando, em 2004, na criação da Amau como espaço espontâneo e permanente de encontro, diálogo e auto-organização dos grupos envolvidos com as práticas de agricultura urbana.

São objetivos da Amau: a) apoiar as iniciativas populares e fortalecer a organização das(os) agricultoras(es) da região metropolitana de Belo Horizonte; b) dar visibilidade às experiências de agricultura existentes na região, mostrando a diversidade de atividades e espaços, bem como suas diferentes funções; c) aprofundar o debate político com diferentes setores da sociedade civil, do poder público e da academia sobre a integração campo-cidade, o papel da agricultura em regiões metropolitanas e sua relação com a construção de outro projeto de desenvolvimento.

² Organização não governamental criada em 1986, que atualmente promove a Agroecologia em comunidades rurais do Leste de Minas, em comunidades urbanas de Belo Horizonte e de alguns municípios da região metropolitana.

A organização e as ações da Amau

As atividades realizadas pela Amau são viabilizadas a partir do engajamento e da mobilização de recursos financeiros de seus participantes e, eventualmente, de alguns apoios pontuais. Sua dinâmica se dá por meio de encontros periódicos itinerantes entre os locais onde se encontram as experiências de agricultura urbana, conciliando em sua programação momentos voltados para a execução de práticas, trocas de conhecimento e formação política. Também nesses encontros são definidas as ações coletivas, como visitas técnicas, oficinas, intercâmbios, mutirões e participação em feiras e eventos. Outra linha de ação é a participação em espaços de construção de políticas públicas de agricultura urbana ou temáticas afins. Para tanto, a Amau se faz representar em redes e fóruns da sociedade civil, bem como em conselhos e conferências dedicadas a temas relacionados ao campo agroecológico, à promoção da segurança alimentar, à organização das mulheres e à economia solidária.

Nos primeiros anos de funcionamento, a Amau realizou três encontros que permitiram avançar na identificação de novas iniciativas, consolidando um

espaço de troca de experiências e fundamentando o ambiente sociopolítico para as reflexões sobre as políticas públicas de promoção da agricultura urbana. Entre 2009 e 2010, várias ações foram realizadas, merecendo destaque a organização de processos de formação voltados para agricultoras(es), lideranças sociais, gestores públicos e estudantes universitários que abordaram dimensões políticas, teóricas, metodológicas e tecnológicas da agricultura urbana. Tais atividades de caráter formativo chegaram a envolver mais de 200 participantes e contribuíram para a implementação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Caup/RMBH)³.

As ações promovidas pela Amau entre fevereiro de 2010 e junho de 2012, como a realização de 13 encontros presenciais, contaram com a participação de representantes de cerca de 30 iniciativas de agricultura urbana de oito municípios da região metropolitana.⁴ Como resultado dessas atividades, houve avanços na dinâmica de funcionamento e aprofundamento da discussão política sobre o tema da agricultura urbana. Foram também criadas cinco comissões de trabalho: (1) agrobiodiversidade; (2) produção, comercialização e consumo; (3) auto-organização das mulheres; (4) plantas medicinais; (5) e articulação política. Para cada comissão, foi escolhido um grupo animador. O conjunto de animadores(as) das comissões forma a coordenação ampliada, que tem por função organizar os encontros e as demais atividades, bem como garantir que os encaminhamentos definidos sejam efetivados.

Diversidade de espaços e saberes: construindo identidades e uma pauta política

As iniciativas articuladas pela Amau dão uma mostra explícita de que a agricultura é uma realidade bastante viva na região metropolitana de Belo Horizonte,

³ Os Centros de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (Caups) integram as ações de descentralização nas regiões metropolitanas da Política de Agricultura Urbana e Periurbana coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Na região metropolitana de Belo Horizonte, o Caup teve sua implantação viabilizada por meio de um convênio do MDS com o Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter-MG), em 2008.

⁴ Belo Horizonte, Betim, Contagem, Funilândia, Nova Lima, Nova União, Ribeirão das Neves e Sabará.

dentro e no entorno das cidades. Ela é realizada em espaços privados – tanto familiares como institucionais – e públicos. Nas zonas rurais dos municípios, a produção é encontrada em assentamentos de reforma agrária, em propriedades de agricultores(as) familiares e em comunidades quilombolas. A agricultura desenvolvida nessas áreas abrange, entre outras práticas agrícolas, a produção e o beneficiamento de hortaliças, verduras e grãos; a criação de animais de pequeno, médio e grande porte; e a produção, o extrativismo e o beneficiamento de plantas medicinais. Essa variedade de espaços e práticas corresponde à pluralidade de identidades e sujeitos que têm em comum o envolvimento e a dedicação à agricultura, mas que, em muitas situações, não a têm como ocupação principal e nem mesmo se reconhecem como agricultoras(es) urbanas(os).

Pesquisa realizada em 2010 pelo Caup-RMBH traçou um perfil socioeconômico das(os) agricultoras(es) envolvidas(os) em 24 experiências de agricultura urbana na região. Das 116 pessoas entrevistadas, apenas 3% declararam exercer uma ocupação principal em tempo integral; 61% informaram ter um ou mais trabalhos esporádicos ou de



Planejamento das atividades da Amau



Encontro da Amau na horta comunitária da Vila Santana do cafezal – Serra

tempo parcial; e 36% apresentaram-se como agricultores(as). Identificou-se também a preponderância da baixa escolaridade entre os participantes da pesquisa, sendo que mais de 60% das(os) agricultoras(es) não cursaram o ensino médio. Das respostas obtidas pelo questionamento relativo à renda familiar, 87,6% declararam receber abaixo de um salário mínimo. Além disso, 69% das famílias entrevistadas apresentaram algum grau de insegurança alimentar, sendo que, entre aquelas em que há moradores menores de dezoito anos, o índice é ainda maior (BRASIL, 2011).

A dura realidade social e as condições adversas enfrentadas por essas famílias contrastam com a riqueza de saberes observada nas experiências agrícolas que desenvolvem em suas casas e comunidades. A memória da origem rural pode ter como referência uma experiência camponesa ou de agricultura familiar ou uma vivência em que já predominava o modelo da Revolução Verde ou do agronegócio, marcado por conflitos agrários, mudanças nas técnicas de produção e na relação com os recursos naturais e com a própria alimentação e saúde. Entretanto, essas práticas não devem ser consideradas meras reproduções de hábitos e modos de vida de migrantes rurais nas cidades, pois revelam o potencial inventivo e interpretativo da realidade das(os) agricultoras(es). É também importante considerar que, a cada dia, moradoras(es) urbanas(os) de diferentes classes sociais que nunca tiveram uma vivência anterior no campo têm interesse e passam a se dedicar às práticas

agrícolas, a partir do acesso a livros, de informações da mídia e da inserção em processos de formação e capacitação em Agroecologia promovidos por organizações sociais ou instituições governamentais. A maioria das experiências tem em comum o protagonismo de mulheres que, embora desempenhem um papel importante nos cuidados com a segurança alimentar e a saúde da família e da comunidade, ainda têm que superar barreiras para a atuação no espaço público. Apesar disso, elas vêm se destacando como educadoras em suas comunidades e hábeis interlocutoras em fóruns políticos, dando visibilidade à importância dos trabalhos domésticos realizados pelas mulheres e aos desafios para promover sua autonomia financeira e sua inserção no mercado de trabalho.

Nos encontros e atividades realizados pela Amau, observa-se uma disposição para conviver com a diferença, esclarecer o que une e o que separa cada organização, a partir de uma compreensão comum da prática da agricultura urbana como forma de autoafirmação criativa. Trata-se ainda de uma resistência à homogeneização de modos de vida e à imposição de ritmos e padrões de consumo nas metrópoles contemporâneas. A promoção da agricultura urbana se torna assim um instrumento possível para a organização de uma população historicamente marginalizada nas cidades, para a construção de identidades coletivas entre agricultoras(es) e para seu reconhecimento perante o conjunto da sociedade e dos formuladores de políticas.

Dentre os desafios identificados, destacamos o alto valor da terra e dos impostos territoriais, a especulação imobiliária, a crescente incorporação das áreas rurais às zonas urbanas, a pressão para a construção de novas unidades habitacionais nos vazios urbanos e a degradação e a contaminação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade e ar). Também constituem fatores desfavoráveis a ainda pouca presença de organizações de base e outras instituições relacionadas à agricultura nos centros urbanos, além das restrições para as(os) agricultoras(es) urbanas(os) acessarem as políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

No final de 2011, fruto do amadurecimento de todo esse processo, a Amau elaborou um documento em que afirma que o movimento pela agricultura urbana baseada nos princípios da Agroecologia é um campo possível de convergência de organizações do campo e da cidade que buscam fortalecer a organização popular, especialmente a auto-organização das mulheres, e ter uma incidência política a partir da articulação de ações cotidianas. Esse documento expressa os aspectos comuns das agendas de diferentes movimentos – como o feminista, os de reforma urbana, reforma agrária, saúde coletiva, economia solidária e soberania e segurança alimentar –, registrando as questões prioritárias para uma pauta política única voltada para o fortalecimento das práticas agroecológicas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Os pontos de destaque são: 1) acesso à terra; 2) acesso aos recursos naturais (água e biodiversidade); 3) assessoria técnica com enfoque agroecológico, popular e de gênero; 4) organização de base e auto-organização das mulheres; 5) formação política e capacitação técnica; 6) fomento para ampliação da produção agroecológica; 7) apoio ao escoamento e à comercialização da produção; 8) apoio à disseminação e à consolidação das experiências, considerando as múltiplas funções da agricultura urbana; 9) apoio a iniciativas de comunica-

ção popular; e 10) realização de pesquisas sobre a agricultura urbana e Agroecologia na região.

A institucionalização e as políticas públicas de agricultura urbana

A Amau participou da construção de políticas públicas nas três esferas federativas e foi reconhecida como um espaço legítimo de realização de ações e intervenção política relacionadas à agricultura urbana, especialmente pelos resultados dos processos de formação política das(os) agricultoras(es) e pelo envolvimento de diferentes atores da sociedade civil. Nesse cenário, é importante considerar quais as implicações e os desdobramentos dessa recente e crescente institucionalização da agricultura urbana para as práticas populares e o alcance da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas.

Desde 1996, quando o tema da agricultura urbana começou a merecer maior reconhecimento oficial,⁵ podem ser citados exemplos de iniciativas de institucionalização de políticas nessa área nas três esferas de poder do Estado brasileiro. Como iniciativas de prefeituras de Minas Gerais, destacam-se políticas como o Centro de Vivência Agroecológica (Cevae), em Belo Horizonte (1995), e o Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar (Cmauf), em Contagem (2010). No âmbito estadual, ressaltamos a aprovação (2006) e a regulamentação (2008) da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (Peau), bem como a criação da Coordenadoria de Agricultura Urbana vinculada à Subsecretaria de Agricultura Familiar do governo do estado (2011). No plano federal, o tema da agricultura urbana vem sendo assumido pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e está inserido na estrutura do MDS como parte da estratégia do governo federal para enfrentar a insegurança alimentar das populações nas periferias das cidades e promover uma alternativa para a produção de alimentos e geração de renda nas regiões metropolitanas.

Apesar dos avanços proporcionados por essas diferentes frentes no que se refere à visibilidade da temática da agricultura urbana e à criação de marcos institucionais específicos, a implementação de políticas públicas para esse setor vem apresentando marcantes contradições entre as práticas efetivas e a retórica discursiva dos gestores públicos. Estes sempre ressaltam a importância de princípios como a gestão descentralizada, o fortalecimento das capacidades, a promoção de autonomia, o empoderamento e a participação efetiva das(os) agricultoras(es), mas na prática não é o que se verifica. Em que pesem os esforços empreendidos pela sociedade civil, eles não têm sido suficientes para superar os entraves burocráticos do Estado e a falta de vontade política para conquistar orçamentos e estruturar equipes capacitadas e permanentes para atuar junto a esse novo campo de ação institucional. Outro limite à participação da sociedade

⁵ No âmbito internacional, a agricultura urbana ganha maior expressão a partir do ano de 1996, com a divulgação do relatório *Urban Agriculture, Food, Jobs and Sustainable Cities* durante a realização da II Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em Istambul. (Nota do editor: ver referência na seção Publicações desta edição).

civil encontra-se na opção feita pelo MDS de operacionalizar a política por meio de editais voltados para governos municipais e estaduais e universidades, desvalorizando o conhecimento sobre a temática e as experiências acumuladas há anos pelas organizações da sociedade civil. Essa opção política remete ao debate mais amplo sobre o marco legal de repasse de recursos para organizações da sociedade civil e a transparência no uso dos recursos públicos. Revela também inúmeros problemas, sendo alguns deles já bem conhecidos, como a má vontade política dos gestores públicos, as descontinuidades ligadas às mudanças nos cargos políticos, o mau uso dos recursos e o descompasso entre o calendário agrícola e o tempo da burocracia das compras e contratações.

Nesse contexto, o MDS tem estimulado, desde 2007, intervenções em agricultura urbana a partir de editais anuais para conveniar projetos com prefeituras, órgãos do estado e instituições de pesquisa. A partir de 2008, a maior ênfase desses editais tem sido para a implantação de Centros Metropolitanos de Agricultura Urbana e Periurbana (Caups), com vistas a organizar um sistema operacional descentralizado de apoio à prática da agricultura urbana nas regiões metropolitanas e implementar ações de fomento, assistência técnica, formação e monitoramento dos resultados. Se, por um lado, a proposta dos Caups representa um avanço significativo por estimular o desenvolvimento de redes territorializadas para a implementação das ações da Peau, por outro, encontra enorme bloqueio operacional por conta das descontinuidades das ações geradas pela lógica de convênios que não preveem orçamentos permanentes. Além disso, os critérios adotados para o repasse de recursos impõem exigências incompatíveis com a realidade das(os) agriculturas(es). Como exemplo, documentos formais de posse ou uso dos espaços de produção têm sido cobrados como condição para o acesso à política, quando, pelo contrário, a legalização das posses deveria ser considerada um dos objetos da própria Peau, já que a insegurança legal quanto ao acesso à terra é exatamente um dos principais obstáculos enfrentados pelas(os) agriculturas(es) urbanas(os).

Outro desafio reside no fato de que, embora a multifuncionalidade da agricultura urbana seja um dos aspectos mais valorizados em encontros, seminários e mesmo na literatura acadêmica disponível sobre o tema, essa característica positiva ainda é pouco explorada no desenho das políticas públicas para a área. Tomando como referência os editais anuais publicados e os projetos aprovados pelo MDS desde 2007, observa-se uma tendência a privilegiar certas dimensões (*combate à fome, inclusão social, geração de renda*) e a padronizar os tipos de ação passíveis de serem executadas com os recursos públicos. Ficam assim comprometidas as iniciativas voltadas para o fortalecimento da organização e da autonomia das(os) agricultoras(es) e para a promoção de melhorias nas áreas de saúde, educação e meio ambiente. Torna-se claro, portanto, o caráter intersectorial que deve ser assumido pelas políticas de agricultura urbana e periurbana. É preciso também definir melhor os papéis e as atribuições entre as organizações sociais e os diferentes setores e instâncias federativas do Estado.

Para seguir a caminhada...

Com o processo de institucionalização, pode-se dizer que a agricultura urbana tem ganhado visibilidade. Mas esse avanço traz também o risco de homogeneização e cooptação pelos governos locais, por meio da imposição de condições para o acesso aos recursos públicos e pela submissão a mecanismos formais e institucionais que não respeitam as especificidades, as prioridades e os objetivos definidos pelas organizações e redes da sociedade civil.

O conceito da agricultura urbana encontra-se em construção e em disputa pelos diversos atores interessados na temática. A apropriação conceitual da agricultura urbana pela Amau está imbuída do sentido da transformação social e tem sido construída a partir da interação e da inserção política de cada organização participante. Nessa perspectiva, a agricultura urbana apresenta-se como uma possibilidade de reinvenção crítica do ser e do estar no espaço urbano. É, portanto, a celebração da diferença e a afirmação da diversidade em meio a tentativas massivas de padronização de modos de vida, desejos, relacionamentos e pensamentos. A trajetória da Amau demonstra a importância da atuação da sociedade civil para dar visibilidade e para formular propostas que respeitem as particularidades e identifiquem as necessidades reais e subjetivas dos protagonistas das experiências e práticas populares. É uma caminhada que convida para mais esforços políticos e teóricos para avançar na organização das(os) agricultoras(es) urbanas(es) e na compreensão das potencialidades da Agroecologia para transformar o espaço e as relações sociais nos contextos urbanos.

Daniela Adil Oliveira de Almeida

colaboradora da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
doutoranda em Geografia (IGC/UFMG)
daniadil@gmail.com

Lídia Maria de Oliveira Morais

Grupo Aroeira - Ambiente, Sociedade e Cultura/UFMG
lidiamariaomerais@gmail.com

Lorena Anahi Fernandes da Paixão

Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
lolaborba@yahoo.com.br

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, D.A. O. 2011. Agricultura urbana e agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), 2011, Belo Horizonte. Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana.
- BRASIL. 2011. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana. Relatório Final de Pesquisa. Minas Gerais, Belo Horizonte.